

RELATÓRIO  
*de Atividades*  
2016  
Consolidado



## **C O M P O S I Ç Ã O**

**Conselheiro MARCO ANTONIO LOPES PEIXOTO**

Presidente

**Conselheiro IRADIR PIETROSKI**

1º Vice-Presidente

**Conselheiro ADROALDO MOUSQUER LOUREIRO (falecido)**

2º Vice-Presidente

**Conselheiro PEDRO HENRIQUE POLI DE FIGUEIREDO**

2º Vice-Presidente

**Conselheiro ALGIR LORENZON**

Presidente da 1ª Câmara

**Conselheiro ALEXANDRE POSTAL**

Presidente da 2ª Câmara

**Conselheiro ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER**

Corregedor-Geral

**Conselheiro CEZAR MIOLA**

Ouvidor

**GERALDO COSTA DA CAMINO**

Procurador do Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

**DANIELA WENDT TONIAZZO**

**ÂNGELO GRABIN BORGHETTI**

**FERNANDA ISMAEL**

Adjuntos de Procurador

**HELOISA TRIPOLI GOULART PICCININI**

**CESAR VITERBO MATOS SANTOLIM**

**ALEXANDRE MARIOTTI**

**RENATO LUÍS BORDIN DE AZEREDO**

**DANIELA ZAGO GONÇALVES DA CUNDA**

**ANA CRISTINA MORAES WARPECHOWSKI**

**LETÍCIA AYRES RAMOS**

Conselheiros Substitutos

**CARLOS ALBERTO MACHADO WULFF**

Chefe de Gabinete da Presidência

**LUIZ ALBERTO ISQUIERDO RESCHKE**

Diretor-Geral

**JORGE ALBERTO DOS SANTOS ARRUDA**

Diretor de Controle e Fiscalização

**ANA LÚCIA PEREIRA**

Diretora Administrativa



## S U M Á R I O

### **1 - Considerações Iniciais**

### **2 - Presidência**

**2.1** - Audiências concedidas pelo Presidente

**2.2** - Reuniões Administrativas, Técnicas e Eventos

**2.3** - Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena

### **3 - Atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras**

**3.1** - Processos relatados no Tribunal Pleno e nas Câmaras

### **4 - Conselheiros Substitutos**

### **5 - Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**

### **6 - Corregedoria-Geral**

### **7 - Ouvidoria**

### **8 - Direção-Geral**

**8.1** - Gabinete

**8.2** - Consultoria Técnica

### **9 - Direção Administrativa**

**9.1** - Assessoria Administrativa

### **10 - Atividades de Controle Externo**

#### **Direção de Controle e Fiscalização**

**10.1** - Assessoria Técnica

**10.2** - Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo

**10.3** - Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações - SAPI

**10.4** - Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais - SAICE

**10.5** - Supervisão de Instrução de Contas Municipais - SICM

**10.6** - Supervisão de Auditoria Municipal - SAM

**10.7** - Supervisão de Serviços Processuais - SSP



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 2016

### 1 - Considerações Iniciais

Tenho a honra de apresentar a este egrégio Plenário o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, relativo ao exercício de 2016, peça a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, e que foi elaborada em cumprimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição Federal; no artigo 72 da Carta Magna Estadual; e no artigo 27, inciso XIII, da Lei Estadual nº 11.424, de 06 de janeiro de 2000 - Lei Orgânica do TCE-RS, combinado com o artigo 17, inciso XXIII, do Regimento Interno, diploma aprovado pela Resolução nº 1.028/2015.

Seguindo as diretrizes traçadas pela Presidência da Casa, os resultados obtidos no exercício de 2016 estão retratados no presente Relatório de Atividades.

### 2 - Presidência

#### 2.1 - Audiências concedidas pelo Presidente

No decorrer do exercício, o Senhor Conselheiro-Presidente concedeu 140 (cento e quarenta) audiências a diversas autoridades das esferas federal, estadual e municipal, conforme segue:

Deputados Federais e Estaduais, Secretários de Estado e Autoridades Estaduais	061
Prefeitos e ex-Prefeitos Municipais	031
Presidentes e ex-Presidentes de Câmaras, Vereadores e Autoridades Municipais	013
Outros	035
TOTAL	140



## 2.2 - Reuniões Técnicas

A Presidência promoveu 12 (doze) Encontros de Trabalho Administrativo com os Senhores Conselheiros, Auditores Substitutos de Conselheiros e com o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Foram realizadas, também, 28 (vinte e oito) reuniões técnicas com a Coordenação-Geral, integrada pelos Senhores Diretores, Chefe de Gabinete e Assessor Jurídico da Presidência, visando ao debate de questões operacionais e administrativas do Tribunal de Contas.

## 2.3 - Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena

A Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, órgão de educação corporativa do Tribunal de Contas do Estado, no exercício das atribuições definidas pela Lei Estadual nº 11.935, de 24 de junho de 2003, desenvolveu, as seguintes ações de educação no exercício de 2016:

<b>Quantidade</b>	<b>Ações de Educação - Público Interno</b>	<b>Participantes</b>
118	Congressos, Fóruns e Simpósios, Encontros	1.442
157	Cursos de Aperfeiçoamento	2.279
<b>275</b>	<b>Total</b>	<b>3.721</b>
<b>Quantidade</b>	<b>Ações de Educação - Público Externo</b>	<b>Participantes</b>
12	Seminários, Conferências e Encontros	1.244
10	Programa Universidades no TCE	193
4	Ações de Cooperação	417
44	Cursos de Aperfeiçoamento	4.352
<b>70</b>	<b>Total</b>	<b>6.206</b>
<b>Total Geral</b>		<b>9.927</b>



### 3 - Atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras

Compete à Secretaria das Sessões acompanhar as atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras do Tribunal. A partir de seu relatório estatístico, extrai-se a síntese do trabalho desenvolvido no exercício de 2016:

ÓRGÃO	SESSÕES	TIPO DE SESSÃO	PROCESSOS
1ª Câmara	43	Ordinária	922
2ª Câmara	43	Ordinária	905
1ª Câmara Especial	23	Ordinária	459
2ª Câmara Especial	25	Ordinária	506
Câmaras Especiais Reunidas		-	
Tribunal Pleno	43	Ordinária	1144
	26	Administrativa	53
	2	Sessão Especial/Extraordinária	17
TOTAL DE PROCESSOS APRECIADOS			4006
Suspensões de julgamento e solicitações de vista			382
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS			3624
PARECERES EMITIDOS			
Parecer Favorável			402
Parecer Favorável (Reversão de Parecer Desfavorável)			32
Parecer Desfavorável (Reversão de Parecer Favorável)			1
Parecer Desfavorável			11
Parecer Favorável/Desfavorável (Ordenadores distintos)			26
JULGAMENTO DE PROCESSOS DE CONTAS DE GESTÃO			
Julgamento pela Regularidade de Contas			547
Julgamento pela Regularidade de Contas, com ressalvas			1146
Julgamento pela Irregularidade de Contas			74



### 3.1 - Processos Relatados no Tribunal Pleno e nas Câmaras

Os quadros a seguir contêm dados estatísticos sobre os processos relatados pelos Senhores Conselheiros e Auditores Substitutos de Conselheiro, no decorrer do exercício de 2016.

PROCESSOS RELATADOS NO TRIBUNAL PLENO															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIRO							TOTAL
	1	2	3	4	5*	6	7	A	B	C	D	E	F	G	
TRIBUNAL PLENO															
Administrativo	0	0	11	18	0	8	1	0	1	0	0	0	1	0	40
Agravo	2	0	0	3	0	3	4	0	1	1	2	0	2	0	18
Análise da Evolução Patrimonial de Agente Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Auditoria de Admissão	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Auditoria de atos derivados de pessoal	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Auditoria Operacional	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0		3
Consulta	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Embargos de Declaração	4	2	7	14	1	8	8	4	5	7	7	0	4	2	73
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspeção Especial	2	3	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Inspeção Extraordinária	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Matéria Administrativa	0	0	2	7	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	13
MPC – Representação	1	0	0	1	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	6
Pedido de Orientação Técnica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedido de Revisão	4	1	0	6	1	9	5	0	0	1	0	0	1	2	30
Prestação de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas – Gestão Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas	3	5	0	2	1	9	5	1	1	0	2	2	1	1	33
Processo de Contas de Governo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1



Processo de Contas de Gestão	9	8	1	9	3	9	17	5	0	9	5	7	3	7	92
Recurso de Embargos	94	46	0	70	23	68	77	20	25	30	35	10	27	18	543
Recurso de Reconsideração	19	12	0	11	7	19	16	2	2	8	5	1	3	5	110
Solicitação de Vista	13	28	1	24	10	30	28	5	2	5	7	7	9	8	177
Suspensão de Julgamento	7	7	0	7	2	7	8	2	2	4	4	2	2	1	55
Tomada de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas Especial	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Uniformização de Jurisprudência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Denúncia	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>TOTAL DO TRIBUNAL PLENO</b>	<b>160</b>	<b>115</b>	<b>22</b>	<b>173</b>	<b>50</b>	<b>182</b>	<b>174</b>	<b>39</b>	<b>39</b>	<b>68</b>	<b>67</b>	<b>29</b>	<b>53</b>	<b>44</b>	<b>1215</b>

\*há 1 (um) Recurso de Reconsideração da relatoria do Conselheiro Adroaldo Mousquer Loureiro (incluído na coluna do Conselheiro Alexandre Postal).

PROCESSOS RELATADOS NAS CÂMARAS															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIRO							TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	A	B	C	D	E	F	G	
<b>1ª CÂMARA</b>															
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	11	58	0	68	0	0	0	3	0	2	3	2	3	1	151
Admissão	52	31	0	58	0	0	0	6	0	8	1	2	5	1	164
Prestação de Contas de Gestão Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Agravo	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspeção Especial	12	12	0	7	0	0	0	1	0	2	1	1	1	0	37
Inspeção Extraordinária	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Tomada de Contas Especial	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Atos Derivados de Pessoal	6	1	0	9	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	18
Auditoria Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Embargos de Declaração	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4





Retificação de Certidão	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Processo de Contas	3	6	0	3	0	0	0	0	1	1	0	0	2	0	16
Processo de Contas de Governo	63	35	0	70	0	0	0	0	11	10	1	1	6	4	201
Processo de Contas de Gestão	71	78	0	78	0	0	0	6	2	17	5	2	3	3	265
Representação do MPC	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Denúncia	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Solicitação de Vista	15	4	0	16	0	0	0	2	0	1	1	0	1	0	40
Suspensão de Julgamento	0	4	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	6
TOTAL DA 1ª CÂMARA	239	235	0	320	0	0	0	19	14	42	13	8	22	10	922
<b>2ª CÂMARA</b>															
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	0	0	0	0	53	39	13	0	0	1	11	0	1	9	127
Admissão	0	0	0	4	24	36	23	0	5	2	19	0	1	1	115
Auditoria Ordinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas de Gestão Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agravo	0	0	0	0	4	2	0	0	1	0	0	0	0	1	8
Embargos de Declaração	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Infração Administrativa	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	4
Medida Cautelar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atos Derivados de Pessoal	0	0	0	0	4	5	11	0	3	0	1	1	0	0	25
Inspeção Especial	0	0	0	0	8	5	9	0	1	2	0	0	0	1	26
Processo de Contas	0	0	0	0	5	10	4	0	3	0	1	0	0	1	24
Processo de Contas de Governo	0	0	0	0	57	51	65	1	6	3	13	0	11	1	208
Processo de Contas de Gestão	0	0	0	0	72	63	77	2	25	12	13	0	14	10	288
Solicitação de Vista	0	0	0	0	13	11	8	0	1	0	7	0	0	0	40
Suspensão de Julgamento	0	0	0	0	1	5	2	0	0	0	2	0	0	2	12
Retificação de Certidão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas Especial	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2



Representação do MPC	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	1	0	0	0	5
Denúncia	0	0	0	0	6	3	1	0	0	0	0	0	0	0	10
Transferência para a Reserva	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Inspeção Extraordinária	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	2	0	0	0	7
TOTAL DA 2ª CÂMARA	0	0	0	4	254	237	216	3	46	20	71	1	27	26	905

PROCESSOS RELATADOS NAS CÂMARAS ESPECIAIS

TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIRO							TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	A	B	C	D	E	F	G	
<b>1ª CÂMARA ESPECIAL</b>															
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Admissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Processo de Contas	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	3
Agravo	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Processo de Contas de Gestão	0	0	0	0	0	0	0	151	112	0	3	0	0	164	430
Denúncia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Inspeção Especial	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Inspeção Extraordinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Representação do MPC	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Solicitação de Vista	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	1	0	0	6	12
Suspensão de Julgamento	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	1	5
TOTAL DA 1ª CÂMARA ESPECIAL	0	0	0	0	0	0	0	165	114	0	5	0	0	175	459
<b>2ª CÂMARA ESPECIAL</b>															
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo de Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	4



Processo de Contas de Gestão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	154	2	174	136	0	467
Auditoria de Admissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Embargos de Declaração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Contas Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	3
Agravo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Infração Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Inspeção Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Inspeção Extraordinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Solicitação de Vista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	6	9	0	19
Suspensão de Julgamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	2	2	0	7
TOTAL DA 2ª CÂMARA ESPECIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	168	2	184	151	0	506

<b>Conselheiros:</b> 1. Algir Lorenzon 2. Cezar Miola 3. Marco Antonio Lopes Peixoto 4. Iradir Pietroski 5. Alexandre Postal 6. Estilac Martins Rodrigues Xavier 7. Pedro Henrique Poli de Figueiredo	<b>Audidores Substitutos de Conselheiro:</b> A Heloisa Tripoli Goulart Piccinini B. Cesar Viterbo Matos Santolim C. Alexandre Mariotti D. Renato Luís Bordin de Azeredo E. Daniela Zago Gonçalves de Cunda F. Ana Cristina Warpechowski G. Letícia Ayres Ramos
--	---

#### 4 - Conselheiros Substitutos

Participações nas Sessões	
Tribunal Pleno	215
1ª Câmara	72
2ª Câmara	85
Primeira Câmara Especial	73
Segunda Câmara Especial	79



<b>Substituições a Conselheiros nos Gabinetes</b>		
<b>Conselheiro Substituto</b>	<b>Conselheiro</b>	<b>Período</b>
Heloisa Tripoli Goulart Piccinini	Pedro Figueiredo	01 a 11-01, 28 a 30-06 e 01 a 08-07
	Iradir Pietroski	28 a 31-03, 01-04 e 06 a 30-10
	Cezar Miola	16-05 a 01-06 e 22-09
	Estilac Xavier	07 a 10-06
Cesar Viterbo Matos Santolim	Iradir Pietroski	28-04 a 02-05, 16 a 20-09 e 23-11
	Estilac Xavier	03 a 12-05
	Gab. Conselheiro Substituto	20 a 30-06 e 01 a 03-07
	Alexandre Postal Cezar Miola Pedro Figueiredo	18-08 05 a 06-09 24-11
Alexandre Mariotti	Cezar Miola	10 a 19 e 22 a 24-02, 03 a 09-03, 04 a 05-08 e 22 a 24-11
	Algir Lorenzon	28 a 31-03 e 01-04
	Gab. Conselheiro Substituto	16-05 a 19-06
	Pedro Figueiredo	25 a 28-07
	Iradir Pietroski	31-10 a 06-11
	Cons. Subst. Renato Azeredo - Coordenador da Auditoria	26 a 31-07
Renato Luís Bordin de Azeredo	Algir Lorenzon	03-02, 25-07 e 05 a 19-12
	Adroaldo Loureiro	10 a 12-02
	Gab. Conselheiro Substituto	13 a 29-02 e 01 a 10-04
	Pedro Figueiredo	13-10 e 24-10 a 04-11
Daniela Zago Gonçalves da Cunda	Estilac Xavier	22 a 25-11
	Adroaldo Loureiro	20 a 31-01 e 01 a 02-02
	Estilac Xavier	15 a 16-02
	Cezar Miola	18 a 20-04, 16 a 17-06 e 10-08
	Pedro Figueiredo	06-05 e 17 a 21-10
	Iradir Pietroski	16 a 20-05 e 01 a 03 e 18-08



Ana Cristina Moraes Warpechowski	Gab. Conselheiro Substituto Algir Lorenzon	04 a 17-07 13 a 16-09 e 21 a 24-11
	Cons. Subst. Renato Azeredo - Coordenador da Auditoria	26-04 a 25-05, 29-06 a 13-07, 01 a 16-8 e 22 a 28-08
	Algir Lorenzon	03 a 04-03, 16 a 20-05 e 07 a 10-06
	Estilac Xavier	03-04 a 02-05 e 04 a 08-07
Letícia Ayres Ramos	Cezar Miola	05 a 06-05, 18, 25 e 26-10 e 30-11 a 02-12
	Pedro Figueiredo	14-07
	Algir Lorenzon	16 a 30-08 e 20-10
	Estilac Xavier	03 a 04, 28 a 31-03 e 01 a 02-04
	Gab. Conselheiro Substituto Iradir Pietroski	11-04 a 15-05 07 a 19-06 e 17 e 18-11
	Algir Lorenzon	04-07
	Cezar Miola	12 a 22-07 e 18-08

## 5 - Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, no exercício de suas competências, desenvolveu as seguintes atividades no exercício de 2016:

<b>PROCURADOR E ADJUNTOS DE PROCURADOR</b>	
<b>Participação nas Sessões do Tribunal Pleno e Câmaras</b>	
<b>Tribunal Pleno</b>	
Ordinárias	43
Extraordinárias/Especiais	02



<b>Câmaras Especiais Reunidas – 1ª Câmara – 2ª Câmara</b>	135
<b>Participação nas Sessões Administrativas</b>	26

<b>Atividade processual</b>	
Pareceres emitidos	16.653
Promoções exaradas	365
Representações encaminhadas à Presidência	22
Encaminhamento de matéria ao MP Estadual	36
Encaminhamento de matéria ao MP do Trabalho	02
Encaminhamento de matéria ao MP do TCU	-
Recursos interpostos pelo MPC	22
Informações Técnicas	068

## 6 - Corregedoria-Geral

A Corregedoria-Geral, responsável pela correição permanente dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 20 do RITCE, no decorrer do período, desempenhou as seguintes atividades: determinou a abertura, instruiu e relatou os Processos nºs 691-0200/16-4 e 871-0200/16-7, relativos, respectivamente, à Vacância do Cargo de Conselheiro e Requisitos Legais e Constitucionais para Posse de Conselheiro, em virtude do falecimento prematuro do Conselheiro Adroaldo Mousquer Loureiro. No mesmo sentido, determinou a abertura e instrução do Processo nº 9331-0200/16-4, relativo à Análise dos requisitos Legais e Constitucionais para a posse do Senhor Alexandre Postal para o cargo de Conselheiro do TCE-RS, relatado na Sessão Administrativa do Tribunal Pleno no mês de julho/2016. Determinou a abertura e o sorteio dos integrantes da Comissão Permanente de Sindicância e PAD de 3 (três) processos administrativos de sindicância. Em cumprimento ao Plano Anual de Correições Ordinárias de 2016, divulgado no mês de março, realizou Correições Ordinárias nas Supervisões de Serviços Processuais (SSP), Admissões, Pensões e Inativações (SAPI), Gestão de Pessoas (SGP/SRH) e de Informática (SINF), além do Gabinete do Conselheiro Estilac Xavier (GABEX). Emitiu



relatórios gerenciais bimestrais encaminhados aos Gabinetes de Conselheiros e Conselheiro Substitutos, discriminando suas cargas de processos. Participou da Organização, juntamente com a Escola de Gestão e Controle Francisco Juruena, Procuradoria-Geral do Estado e Corregedoria-Geral da União, do Curso de Capacitação em Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, realizado no mês de maio/2016 nas dependências do TCE-RS. Participou da organização do Encontro da Região Sul do Instituto Rui Barbosa/ATRICON, que teve como tema Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas, realizado no mês de setembro/2016 nas dependências do TCE-RS. Em janeiro de 2016 houve a troca do responsável pela Assessoria da Corregedoria-Geral - ACG com a substituição da APE Elenis Bazacás Corrêa pelo Assessor Luiz Eduardo Sieben Rocha. O Conselheiro Estilac Martins Rodrigues Xavier foi reconduzido no cargo de Corregedor-Geral para mandato de mais um ano, em eleição ocorrida na Sessão Especial do Tribunal Pleno do dia 16-12-2016.

O quadro abaixo demonstra a situação dos processos no exercício de 2016:

ESTOQUE DE PROCESSOS	1º-01	31-12
Gabinete da Presidência	191	193
Gabinete do Conselheiro Adroaldo Loureiro (*)	290	-x-
Gabinete do Conselheiro Substituto (*)	-x-	6
Gabinete do Conselheiro Alexandre Postal (**)	-x-	78
Gabinete do Conselheiro Algir Lorenzon	472	236
Gabinete do Conselheiro Cezar Miola	99	95
Gabinete do Conselheiro Estilac Xavier	166	200
Gabinete do Conselheiro Iradir Pietroski	258	153
Gabinete do Conselheiro Marco Peixoto	3	-x-
Gabinete do Conselheiro Pedro Figueiredo	373	506
Gabinete do Conselheiro Substituto Alexandre Mariotti	40	14
Gabinete da Conselheira Substituta Ana Warpechowski	21	21
Gabinete do Conselheiro Substituto Cesar Santolim	1	34
Gabinete da Conselheira Substituta Daniela Zago	61	27
Gabinete da Conselheira Substituta Heloisa Piccinini	37	21
Gabinete da Conselheira Substituta Letícia Ramos	27	15
Gabinete do Conselheiro Substituto Renato Azeredo	21	8
Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações - SAPI	15.453	17.488
Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas	225	185



ESTOQUE DE PROCESSOS	1º-01	31-12
Estaduais – SAICE		
Supervisão de Auditoria Municipal – SAM	855	1.817
Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM	1.457	816
Supervisão de Serviços Processuais - SSP	9.848	10.320
Secretaria das Sessões - SS	214	353
<b>TOTAL</b>	<b>30.112</b>	<b>32.586</b>

Notas: (\*) Conselheiro Adroaldo Loureiro, falecido em 12-02-2016.

(\*\*) Conselheiro Alexandre Postal tomou posse em 18-07-2016.

Fonte: CIP0099 e CIP0085

## 7 - Ouvidoria

A Ouvidoria recebeu 7.687 demandas no exercício de 2016. Desse total, 54,5% já foram arquivadas, totalizando 4.193 demandas, conforme distribuição no quadro abaixo:

Arquivada - Faltam Informações Complementares	1.191
Arquivada - Respondida pela UCCI	827
Arquivada Ouvidoria	536
Arquivada - DOC Não Aproveitado	462
Arquivada - Apontada em Relatório de Auditoria	337
Arquivada - Matéria Já Cadastrada	321
Arquivada - Não é competência do TCE	243
Arquivada - Consulta	224
Arquivada - Matéria Prejudicada - Incompleta	52
<b>Total</b>	<b>4.193</b>

O Portal TCE-RS foi o meio mais utilizado para encaminhamento das denúncias, com 96,3% do total. As Denúncias que se referem à área de pessoal, 40%, licitações, 10% foram os temas que concentraram a maior frequência nesse Exercício. Na avaliação de 72,5% dos demandantes da Ouvidoria, o atendimento prestado situou-se entre os conceitos ótimo e bom.





## 8 - Direção-Geral

### 8.1 - Gabinete

Na Direção-Geral tramitam os processos relativos aos termos de cooperação e ajustes análogos celebrados pelo Tribunal de Contas do Estado com instituições públicas e privadas, os quais alcançaram o número de 33 (trinta e três) expedientes no exercício de 2016.

No TCE-RS compete ao Diretor Geral, em primeira instância, analisar e deferir pedidos feitos com base na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 18-11-2011). Nesse sentido, vale registrar que as normativas que regulamentam a matéria no âmbito interno são as Resoluções nºs 1.016, de 15-09-2014, 1.046, de 05-08-2015 e a Instrução Normativa nº 05, de 24-05-2013.

Durante o exercício de 2016 foram desenvolvidas as seguintes atividades relativas ao atendimento de pedidos formulados com base na Lei Federal nº 12.527, de 18-11-2011:

<b>TOTAL DE PEDIDOS RECEBIDOS COM BASE NA LAI</b>	
Número de pedidos recebidos	272
Pedidos em que o acesso foi deferido	233
Pedidos em que o acesso foi parcialmente deferido	17
Pedidos em que o acesso foi indeferido	15
Pedidos em que houve desistência do solicitante	5
Em análise*	1

\*Dentro do prazo previsto no art. 11 da Lei Federal nº 12.527/2011.

\*Errata: No Relatório de Atividades do 2º Trimestre, os números apresentados nesta seção foram, equivocadamente, informados utilizando como base o período de 01/04/2016 a 30/07/2016. Registra-se que o número total de pedidos recebidos no período de 01/04/2016 a 30/06/2016, foi de 80, dos quais a) 73 foram atendidos; b) 03 foram parcialmente atendidos; c) 04 foram indeferidos.

<b>TIPOS DE INFORMAÇÕES SOLICITADAS</b>	
Consultas*	14
Dados de Jurisdicionados	44
Dados disponíveis em outros órgãos	6
Dados internos	29
Dados sobre denúncias	5
Processos de Fiscalização	141
Concursos do TCE/RS	14
Outros	19

\* No caso de pedidos de acesso que consistam em "Consulta", o solicitante é orientado a se dirigir à Consultoria Técnica.



<b>TIPOS DE SOLICITANTES</b>	
Agente Político	15
Estudante	57
Jornalista	28
Membro do Controle Interno	8
Não informado	6
Outros	76
Representante de Instituição	20
Servidor Público	62

## 8.2 - Consultoria Técnica

### Informações e Pareceres por escrito

Saldo em 01-01-2016	10
Expedientes recebidos	150
Expedientes expedidos	150
Saldo em 31-12-2016	10

Observação: Os Expedientes nºs 4112-02.00/11-0, 5079-02.00/12-7 e 1647-02.00/14-2 estão em caráter permanente na Consultoria Técnica.

### Consultas Diversas

Consultas realizadas por telefone por entes jurisdicionados	1521
Consultas realizadas por telefone por entes não jurisdicionados	102
Consultas realizadas pessoalmente por entes jurisdicionados	241
Consultas realizadas pessoalmente por entes não jurisdicionados	46
Consultas realizadas por setores do TCE	202
Consultas efetuadas por escrito com resposta expedida (Triagens)	59
Processo (Informação)	21
Pareceres CT (Individuais e Coletivos)	18
Pareceres Jurídicos (em Licitação)	112
Demandas oriundas do sítio institucional do TCE na Internet – Fale Conosco	753
Consultas por e-mail	13
Notas Técnicas	02
Demandas da Ouvidoria	-
Atendimento a Regionais	74
TOTAL	3.164



---

### **Atividades Desenvolvidas:**

1. Assessoramentos previstos no PG-TCE-0003, bem como na Resolução nº 1.028/2015 – Regimento Interno do TCE/RS;
2. Atualização e consolidação dos Indicadores Econômicos;
3. Acompanhamento da legislação federal e da estadual atinente aos assuntos de interesse do Tribunal de Contas, em especial quanto às matérias tratadas na Consultoria;
4. Análise e seleção das informações da Consultoria Técnica aprovadas pelo Tribunal Pleno, com o propósito de manter atualizada a base informativa disponibilizada no sítio institucional do TCE-RS na Internet, no espaço da Consultoria Técnica;
5. Alimentação e atualização das informações geradas, tratadas e mantidas na homepage, acessada por meio do endereço eletrônico [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br), nos termos da Instrução Normativa nº 11/2004;
6. Acompanhamento e atualização de informações relacionadas às áreas referentes às atividades-fim da Consultoria, veiculadas em meios de comunicação, informativos e em sítios institucionais;
7. Realização de estudos técnicos e participação em eventos promovidos pelo TCE-RS e por outras instituições.

## **9 - Direção Administrativa**

---

A Direção Administrativa é responsável pela articulação de todas as atividades pertinentes à área administrativa e sua atuação se dá em estreita colaboração com a Direção-Geral e com a Direção de Controle e Fiscalização.

### **9.1 - Assessoria Administrativa**

Em consonância com o Padrão Gerencial PG-DA 005, foram desenvolvidas as seguintes atividades no exercício de 2016:



Informações Técnicas	46
Projetos de Instrução Normativa	16
Projetos de Instrução Normativa oriundos da DA	04
Projetos de Resolução	11
Projetos de Resolução oriundos da DA	04
Projetos de Lei	-
Projetos de Lei oriundos da DA	02
Ofícios DA-GAB	62
Despachos DA-GAB	407
Demandas oriundas da Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/11	11
Demandas oriundas de Reclamatórias Trabalhistas	11
Participação em comissões/grupos de trabalho	04
Participação em reuniões/palestras/cursos	08
Circulares da Coordenação-Geral	06
Informações da Coordenação-Geral	02

## 10 - Atividades de Controle Externo

### Direção de Controle e Fiscalização

Compete à Direção de Controle e Fiscalização articular as múltiplas atividades desenvolvidas pela Área Técnica, compreendendo a Assessoria Técnica (AT), o Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX), a Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações (SAPI), a Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais (SAICE), a Supervisão de Instrução de Contas Municipais (SICM), a Supervisão de Auditoria Municipal (SAM) e a Supervisão de Serviços Processuais (SSP). A seguir, a síntese das principais atividades desenvolvidas no exercício de 2016.

#### 10.1 - Assessoria Técnica (AT)

A Assessoria Técnica exerce, entre outras, as seguintes atividades: assessorar o Diretor de Controle e Fiscalização na sua esfera de competência; elaborar estudos e informações envolvendo matérias afetas ao controle externo e de interesse do Tribunal de Contas; participar de auditorias e de inspeções por solicitação do Diretor de Controle e Fiscalização; promover a integração dos órgãos e unidades da DCF e, no que couber, com outros órgãos; participar de grupos de trabalho e comissões



constituídos no âmbito da DCF e, por deliberação superior, com as demais unidades do Tribunal; propor Projetos de Resolução e de Instrução Normativa para matérias afetas ao controle externo e à respectiva área de atuação e atuar na consolidação e implantação de metodologia de tratamento das demandas cadastradas pela Ouvidoria em conjunto com as Unidades Centrais do Controle Interno dos jurisdicionados por meio do Portal "Espaço do Controle Interno".

No decorrer do exercício, a AT obteve os seguintes resultados:

Elaboração de Estudos	04
Elaboração de Informações Técnicas	41
Participação em Auditorias e Inspeções	04
Participação em Comissões/Grupos de Trabalho	20
Proposição de Projetos de Resolução e de Instrução Normativa relativos a matérias afetas ao controle externo	08
Atividades de Representação	18
Atividades de Capacitação Técnica	45
Atendimento de Demandas Externas	125
Atendimento de Demandas Internas	26

## **10.2 - Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX)**

O Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX), órgão integrante da Direção de Controle e Fiscalização, conforme Resolução nº 1.021/2014, tem por objetivo impulsionar a utilização da tecnologia da informação como elemento auxiliar aos Serviços de Auditoria, de forma a tornar dinâmicas e tempestivas as fiscalizações e os monitoramentos das ações governamentais de seus órgãos e entidades jurisdicionados.

O CGEX, além das diversas iniciativas voltadas à assinatura de termos de cooperação com órgãos e entidades de Estado, vem auxiliando os Serviços de Auditoria no que se refere à utilização de ferramentas de informática que apoiam as auditorias das esferas estadual e municipal. Também realizou verificações, a partir de demandas da Ouvidoria, fornecendo informes para a área técnica, além de desenvolver e dar manutenção ao Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC).

Destaca-se, a seguir, os resultados alcançados com os atendimentos técnicos realizados:



<b>ATENDIMENTOS TÉCNICOS</b>	
Atendimentos do SIAPC	561
Atendimentos a Serviços de Auditoria (subsídios à auditoria)	101
Atendimentos a outros setores da casa (Presidência, Gabinetes de Conselheiros, Direção-Geral, Direção de Controle e Fiscalização e Assessoria Técnica)	103
Atendimentos em apoio à utilização de ferramentas de tecnologia da informação (incluindo BI-Auditoria)	152
Atendimentos e consultas de órgãos parceiros	14
Atendimentos externos relacionados à Instrução Normativa TCE nº 01/2015 – Declaração de Bens e Rendas	19
Atuação em Processo de Análise de Evolução Patrimonial	10
Elaboração de informações (subsídios à auditoria)	76
Atendimentos a questionários do TCE-RS disponibilizados no sítio institucional do TCE na <b>Internet</b>	1
Atividades de representação (Rede de Controle, Rede InfoContas e ENCCLA)	5
Participação em Auditorias e Inspeções	2
Palestras em eventos e treinamentos internos (horas-auditor)	524
Palestras em eventos e treinamentos externos (horas-auditor)	100
Participação em Grupos de Trabalho (grupo x auditor)	27
Outros atendimentos externos	166

### 10.3 - Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações – SAPI

A Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações é composta pelo Serviço de Inativações e Pensões da Área Municipal (SIPAM), Serviço de Inativações e Pensões da Área Estadual (SIPAE) e pelo Serviço de Admissões Estaduais e Municipais (SAEM).

A SAPI, no decorrer do exercício de 2016, apresentou os seguintes resultados:

<b>ASSUNTO</b>	<b>PROCESSOS</b>
<b>Inativações e Pensões</b>	
Inativação	11.852
Transferência para Reserva	2.014
Reforma	158
Complementação de Proventos	1.308
Revisão de Proventos	963
Pensão	595
Revisão de Pensão	34
Complementação de Pensão	10
Outros (ação judicial/procs. outros órgãos/Unif.	01
<b>TOTAL</b>	<b>16.935</b>



<b>Auditoria de Admissão e Auditoria de Atos Derivados de Pessoal</b>	
TOTAL	<b>474</b>
Recurso de Embargos	57
Recurso de Reconsideração	01
Embargos Declaratórios	--
Agravo Regimental	--
Pedido de Revisão	09
TOTAL	<b>67</b>
TOTAL DE PROCESSOS ANALISADOS	<b>17.476</b>

Fonte: CIP0099

#### **10.4 - Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais - SAICE**

A Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais é composta pelos seguintes serviços: Serviços de Auditoria Estadual I, II e III, Serviço de Instrução do Parecer Prévio e Acompanhamento da Gestão Fiscal - SAIPAG e Serviço de Instrução Estadual - SIES.

A SAICE, no exercício das atividades relacionadas com a atividade-fim do Tribunal de Contas do Estado, no decorrer do exercício de 2016, apresentou os seguintes resultados:

<b>ASSUNTO</b>	
Processo de Contas (Análise, Consolidação e Outros) - SIES	250
Inspeção Especial/ Inspeção Extraordinária (Análise, Consolidação e Outros) - SIES	29
Tomada de Contas Especial - SIES	10
Recurso de Reconsideração e Pedido de Revisão - SIES	37
Recurso de Reconsideração, Contas de Governo - SAIPAG	01
Auditorias Operacionais, Informações - SAIPAG	06
Auditorias de Projetos Cofinanciados por Organismos Internacionais - SAIPAG	11
Instruções Técnicas de Contas de Gestão Fiscal - SAIPAG	19
Instruções Técnicas de Contas de Governo - SAIPAG	09
Auditorias, Inspeções, Informações e Diligências - SAE - I	212



Auditorias, Inspeções, Informações e Diligências - SAE - II	150
Auditorias, Inspeções, Informações e Diligências - SAE - III	100
<b>TOTAL</b>	<b>834</b>

### 10.5 - Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM

A Supervisão de Instrução de Contas Municipais - SICM é constituída pelos Serviços de Instrução Municipal I e II e pelo Serviço de Acompanhamento de Gestão-SAG, tendo desenvolvido as seguintes atividades no exercício de 2016:

<b>Tipo de Processo – Atividade</b>	<b>Quantidades</b>
Relatório Geral de Contas de Governo e Contas de Gestão	977
Análise de Esclarecimentos de Contas de Governo e Contas de Gestão	1376
Instrução Técnica de Inspeções Especiais, de Inspeções Extraordinárias, de Denúncias, de Tomada de Contas Especiais, de Infrações Administrativas e de Representações do Ministério Público junto ao TCE-RS.	160
Instrução Técnica de Recursos	593
Instrução Técnica de Gestão Fiscal, de Certidões e Retificações de Certidões.	4018
<b>TOTAL DE RELATÓRIOS, ANÁLISES DE ESCLARECIMENTOS E INSTRUÇÕES TÉCNICAS.</b>	<b>7124</b>

### 10.6 - Supervisão de Auditoria Municipal - SAM

A Supervisão de Auditoria Municipal é composta pelo Serviço de Auditoria de Porto Alegre, pelos Serviços de Auditoria da Região de Porto Alegre I e II, por nove Serviços Regionais de Auditoria e pelo Serviço de Apoio e Suporte Operacional e Técnico.

Os resultados dos Serviços de Auditoria, relacionados aos Processos de Contas de Gestão, Processos de Auditoria de Admissão, Processos de Auditoria de Atos Administrativos Derivados de Pessoal e Processos de Inspeção Especial e Extraordinária, alcançaram os seguintes resultados no exercício de 2016:





<b>SERVIÇOS DE AUDITORIA</b>	<b>AUDITORIAS, INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS</b>
<b>SPA</b> - Serviço de Auditoria de Porto Alegre	68
<b>SRPA I</b> - Serviço de Auditoria da Região de Porto Alegre	133
<b>SRPA II</b> - Serviço de Auditoria da Região de Porto Alegre	259
<b>SRCS</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Caxias do Sul	253
<b>SREC</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Erechim	300
<b>SRFW</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Frederico Westphalen	208
<b>SRPF</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Passo Fundo	239
<b>SRPL</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Pelotas	168
<b>SRSA</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Santo Ângelo	177
<b>SRSC</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Santa Cruz do Sul	325
<b>SRSL</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Santana do Livramento	148
<b>SRSM</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Santa Maria	177
<b>TOTAL</b>	<b>2455</b>

Os atendimentos prestados pelos Serviços Regionais de Auditoria aos jurisdicionados atingiram os seguintes resultados, no exercício de 2016:

<b>Serviços Regionais</b>	<b>ATENDIMENTOS TÉCNICOS</b>		
	<b>Telefônicos</b>	<b>Pessoais</b>	<b>TOTAL</b>
<b>SRCS</b>	8	7	15
<b>SREC</b>	186	63	249
<b>SRFW</b>	119	55	174
<b>SRPF</b>	150	39	189
<b>SRPL</b>	156	59	215
<b>SRSA</b>	25	21	46
<b>SRSC</b>	38	13	51
<b>SRSL</b>	12	10	22
<b>SRSM</b>	32	16	48
<b>TOTAL</b>	726	283	1009



## 10.7 - Supervisão de Serviços Processuais - SSP

A Supervisão de Serviços Processuais tem por objetivo principal a racionalização dos fluxos administrativos, para conferir maior celeridade e eficiência ao trâmite processual, relevante aspecto de apoio operacional prestado aos Magistrados na consecução de suas atividades jurisdicionais. A organização da Supervisão obedece ao critério da etapa da tramitação processual, considerando seu início, meio e fim, sendo composta pelos seguintes serviços: Serviço de Recebimento, Autuação e Expedição de Documentos - SEDOC, Serviço de Controle Processual e Operacional - SEPROC e o Serviço de Cálculo, Saneamento e Acompanhamento de Decisões - SEADE.

O Serviço de Recebimento, Autuação e Expedição de Documentos - SEDOC apresentou, no exercício de 2016, os resultados a seguir.

Atendimentos aos jurisdicionados e demais interessados, prestados pelo Setor de Atendimento Processual - SATE:

<b>Atendimentos</b>			
<b>Telefônicos</b>	<b>Portal (SAS)</b>	<b>Presencial</b>	<b>Total</b>
17.874	4.007	518	22.399

Movimentações de processos/documentos no âmbito dos setores de Protocolização e Expedição - SPE e Autuação de Processos - SEAUT:

<b>MOVIMENTAÇÃO</b>	<b>REMESSAS / PROCESSOS</b>
Conferência de remessas e-Protocolo (processo eletrônico)	8.360
Expedição de processos registrados	9.995
Expedição de processos em diligência à Origem	2.111
Autuação de processos	18.625
Retorno de processos em diligência	2.676



O Serviço de Controle Processual e Operacional - SEPROC apresentou, no exercício de 2016, a seguinte movimentação de processos:

<b>ASSUNTO</b>	<b>PROCESSOS</b>
Administrativo	02
Agravo	57
Análise da Evolução Patrimonial de Agente Público	03
Auditoria de Admissão	2.068
Auditoria de Atos Derivados de Pessoal	223
Auditoria Operacional	09
Complementação de Pensão	34
Complementação de Proventos	2.329
Contas de Gestão	4.837
Contas de Governo	1.804
Denúncia	76
Documentos para Tomada de Contas	24
Embargos de Declaração	100
Estágio Probatório	04
Inativação	31.426
Infração Administrativa	24
Inspeção Especial	341
Inspeção Extraordinária	57
Pedido de Orientação Técnica	01
Pedido de Revisão	97
Pensão	1.515
Prestação de Contas	02
Processo de Contas - Executivo	162
Processo de Contas - Outros	193
Processo de Outros Órgãos	50
Recurso	02
Recurso Administrativo	01
Recurso de Embargos	1.187
Recurso de Reconsideração	250
Reforma	377
Representação	03



Representação do MPC	65
Retificação de Certidão	06
Revisão de Pensão	68
Revisão de Proventos	2.346
Sindicância Patrimonial	24
Suspensão de Cautelar	01
Tomada de Contas	19
Tomada de Contas Especial	79
Transferência para a Reserva	4.003
Uniformização de Jurisprudência	02
<b>TOTAL DE PROCESSOS TRAMITADOS</b>	<b>53.871</b>

O Setor de Cálculo e de Certidões - SECALC, vinculado ao SEADE, é responsável, entre outras atividades, pelo controle das Certidões de Decisão - Títulos Executivos extraídos em decorrência das decisões proferidas pelos órgãos julgadores do Tribunal, tendo apresentado, no exercício de 2016, os seguintes resultados:

Extração de Certidões de Decisão - Títulos Executivos	1023
Averbações	4111
Atualização de valores de multa e/ou débito antes da emissão da Certidão de Decisão - Título Executivo (nº de processos)	682